



adunicamp

N. 043/88 03/11/88

A GREVE CONTINUA

Estamos no 52º dia de greve. O campus, com aulas e pesquisas paralisadas, não está vazio: professores, funcionários e alunos participam das mais variadas atividades desenvolvidas pelas unidades ou pelos respectivos comandos. Assembléias, reuniões, debates, atividades culturais, etc. estão mostrando que estamos atentos, unidos e presentes.

VESTIBULAR

Nossa Assembléia de terça-feira voltou a discutir a questão da realização do vestibular com propostas apresentadas pelo Comando e pelos colegas do IFCH:

- que a ADUNICAMP pressione pela convocação da Câmara Deliberativa do Vestibular para que o órgão institucionalmente responsável se pronuncie pelo adiamento dos exames vestibulares da UNICAMP;
- que a ADUNICAMP mantenha entendimentos com a ADUSP e a ADUNESP no sentido de viabilizar, na medida do possível, uma ação conjunta visando o adiamento dos vestibulares. No caso da UNICAMP, pela própria estrutura de sua Comissão de Vestibular e do controle interno dos exames, a decisão sobre a realização dos vestibulares está exclusivamente nas nossas mãos. No caso das duas outras universidades, duas medidas podem ser tomadas: a recomendação para que docentes, funcionários e estudantes não participem das atividades ligadas ao vestibular dificultando consideravelmente sua realização, e que professores e funcionários assumam o compromisso de não efetuar as matrículas dos vestibulandos aprovados, no caso da realização dos vestibulares durante o período da greve.

A questão que mais suscitou problemas foi o possível contraponto entre uma decisão imediata do movimento ou adiamento dessa decisão sobre a realização ou não do vestibular. As propostas neste sentido, poderiam parecer, à primeira vista, incompatíveis:

Proposta do Comando

"É prematura a deliberação agora a respeito do adiamento ou cancelamento do vestibular". Sugere-se o aprofundamento da discussão nas reuniões das Unidades.

Proposta do IFCH

"Que se delibere hoje sobre providências que tornem possível que o movimento decida no futuro sobre o vestibular.

Providências: (1) recomendação aos professores elaboradores de provas que não as entreguem no prazo estipulado. Essa providência de um lado não comprometerá a decisão de realizar o vestibular, se essa for a decisão do movimento, e de outro lado é indispensável para que o controle sobre essa decisão seja mantida no interior do movimento".

A aprovação de ambas as propostas mostrou que o conjunto dos docentes, na Assembléia, compreendeu as duas propostas: embora o movimento não tenha tomado decisão definitiva sobre a realização ou não do Vestibular, aprovando a recomendação proposta pelos colegas do IFCH, a efetiva concretização da não entrega das questões permitirá ao movimento aprofundar a discussão do assunto e manter sob seu controle a própria decisão de participar ou não do Vestibular segundo o transcorrer da dinâmica do nosso movimento.

GREVE

REPÚDIO A REPRESSÃO

Os docentes da Universidade Estadual de Campinas reunidos em Assembléia Geral no dia 19/11/88 aprovaram a seguinte moção:

"No momento em que o diagnóstico da situação salarial nas Universidades Públicas Paulistas é compartilhado tanto pelas entidades representativas de alunos, funcionários e docentes quanto pelos Conselhos Universitários e quando a nova Constituição assegura o legítimo direito de greve e manifestação aos funcionários públicos, é injustificável a violência policial desferida pelo governador Orestes Quéricia contra 5000 professores, funcionários e alunos da UNICAMP, USP e UNESP em manifestação pacífica nas cercanias do Palácio dos Bandeirantes no dia 27.10.88 pela abertura de negociações e pelo atendimento de nossas reivindicações".

Sugere-se que nas Unidades, à medida do possível, as Congregações sejam convocadas para discutirem o ocorrido em São Paulo, aprovando manifestação pública de repúdio à repressão.

A REACAO A VIOLENCIA POLICIAL DE QUERCIA

As entidades de docentes e funcionários das Universidades estão estudando a possibilidade de entrar com Ação Judicial contra o Governo do Estado pela repressão e o impedimento à livre manifestação em local público. É entendimento das entidades que a nova Constituição garante o uso de local público e que não há impedimento quanto a "áreas de segurança" (motivo alegado pelo Governador para a repressão durante o último dia 27).

As entidades estão também solicitando a concessão de tempo no horário político para a resposta aos ataques do Governador de que nossa manifestação foi financiada pelos partidos políticos PT e PSDB. O ato de desespero do Governador recebe todo nosso repúdio e indignação pela incapacidade em tratar com as justas e legítimas reivindicações e manifestações dos funcionários e docentes das Universidades.

TELEGRAMAS DE REPUDIO A VIOLENCIA DO GOVERNO

- Associação Nacional dos Educadores (ANDE)
- Sindicato dos Professores - Campinas (SINPRO)
- Assoc. de Docentes da UFPA - ADUFPb
- União de Diretores das Escolas do Magistério Oficial (UDEMO)
- PC do B (SP)

ASSUC nas ruas de Campinas

Dia 19 (terça-feira) os funcionários da UNICAMP realizaram Ato Político protestando contra a repressão policial do governo Quéricia. Em passeata, saindo da prefeitura, seguiram ao Comitê do candidato quercista à Prefeitura e depois ao Largo do Rosário, onde vários oradores falaram denunciando a atitude policialesca do Governo do Estado.



E DEU ATE NA SONIA RACY...

Encontro oportuno

Paulo Saad, o diretor comercial da TV Bandeirantes, foi chamado, anteontem, para uma conversa com o governador de São Paulo, Orestes Quéricia.

Convite estranho, a julgar pelo estremeccimento nas relações entre a emissora e o governo, desde o controverso corte de publicidade que se seguiu à apresentação do Canal Livre sobre o caso "raspadinha".

Vai ver que Quéricia resolveu reconsiderar a questão, uma vez que a emissora tem pronto, para ir ao ar ainda esta semana, um especial sobre as recentes agressões do governo a manifestações populares.

Estadac - 03/11/88

GREVE

TABELA
DE
PREÇOS

VALORES EM
OTN

É O
REAJUSTE PARA
OS FUNCIONÁRIOS?

Diário do Povo